

EDITAL DE FOMENTO A AÇÕES DE AUDIOVISUAL - LEI PAULO GUSTAVO EDITAL Nº 03/2023- SEDUC

O Município de Cruz-CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.663.917/0001-15, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, sob o CNPJ:37.675.878/0001-37 daqui em diante chamada de Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento na Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo); no Decreto nº 11.525/2023 (Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo); no Decreto nº 11.453/2023; e, no que couber, nas demais legislações aplicáveis à matéria, torna público o presente **EDITAL**, que contém os seguintes anexos:

Anexo I – Formulário de Inscrição e Proposta de Plano de Trabalho

Anexo II - Declaração de representação de grupo ou coletivo;

Anexo III - Declaração étnico-racial;

Anexo IV - Declaração de residência;

Anexo V - Formulário de Recurso;

Anexo VI - Minuta do Termo de Execução Cultural;

Anexo VII - Relatório de Execução do Objeto.

1. APRESENTAÇÃO

1.1 A Lei Paulo Gustavo, que fundamenta o presente Edital, é uma norma que dispõe sobre a concessão de apoio financeiro da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para realização de ações culturais, simbolizando o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural.

1.2 Com base nessa Lei, o Município de Cruz-CE recebeu recursos a serem destinados para ações culturais (tanto ações especificamente do setor audiovisual quanto ações culturais em geral) selecionadas por meio de seleção pública.

1.3 O presente Edital é uma das ações de execução da Lei Paulo Gustavo no Município de Cruz-CE, sendo lançado para seleção de projetos de ações culturais de audiovisual, com base nos arts. 5º e 6º da Lei Paulo Gustavo.

2. OBJETO

2.1 O objeto deste Edital é a seleção de projetos de execução de ações culturais de audiovisual, nas categorias listadas no item 3.1 para receberem apoio financeiro por meio da celebração de Termo de Execução Cultural.

2.2 OBJETIVOS

- a) Contribuir para o enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19 no setor cultural do Município de Cruz/CE.
- b) Fortalecer a sustentabilidade dos agentes e ações culturais no Município;

- c) Contribuir para a efetivação dos direitos culturais da população e para a promoção e proteção da diversidade cultural;
- d) Fortalecer e dinamizar as atividades culturais no Município
- e) Apoiar o desenvolvimento de atividades de economia criativa, reconhecendo o papel da cultura para o desenvolvimento sustentável e a geração de trabalho e renda.

3. RECURSOS INVESTIDOS, CATEGORIAS , VALORES E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de **R\$ 178.142,34 (cento e setenta oito mil, cento quarenta dois reais e trinta e quatro centavos)**, dividido entre as seguintes áreas e categorias de ações culturais, sendo selecionadas até 24 (vinte quatro) propostas. Destas 05 (cinco) para pessoas negras (pretas e pardas) e 02 para pessoas indígenas, restando as demais 17 (desete) vagas para ampla concorrência.

CATEGORIAS	TOTAL DE VAGAS POR CATEGORIA	VALOR POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Inciso I - Apoio a produção de obra audiovisual de curta-metragem (ficção e documentário).	02	R\$ 20.800,00	R\$ 41.600,00
Inciso I - Apoio a produção de obra audiovisual de curta metragem (documentário relacionado à cultura cruzense.	03	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00
Inciso I – Produção de videoclipes (músicas autorais).	5	R\$ 5.000,00	R\$ 25.000,00
Inciso I – Produção De obras audiovisuais (podcast).	1	R\$5.000,01	R\$5.000,01
Inciso I - Apoio a produção de obra audiovisual de novas mídias envolvendo as linguagens artísticas nas suas diversas formas.	10	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00

Inciso II (Apoio a Cineclubes) Apoio a realização de cinemas itinerantes e cinemas de ruas.	02	R\$15.155,99	R\$ 30.311,98
Inciso III - Apoio a Cineclubes e Formações Audiovisuais.	01	R\$ 15.218,57	R\$ 15.218,57
TOTAL DE VAGAS AUDIOVISUAL (70%) / VALOR	24	R\$ 178.142,34	

3.2 DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

3.2.1 Inciso I do art. 6º da LPG: apoio a produção de obras **audiovisuais, de curta-metragem, videoclipes e novas mídias**. Dentro dos profissionais responsáveis pelo produto das obras audiovisuais (**média-metragem e curta-metragem**) deverá comprovar no mínimo: direção, produção e roteirista.

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de **média-metragem** com duração mínima de 20 minutos, de [ficção, documentário, animação etc], voltado a produtores com experiência no campo audiovisual. Os recursos fornecidos podem ser direcionados para financiar todo o processo de produção, desde o desenvolvimento do projeto até a distribuição do filme.

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de **curta-metragem** com duração mínima de 12 minutos, de [ficção, documentário, animação etc], voltado a produtores com experiência no campo audiovisual. Os recursos fornecidos podem ser direcionados para financiar todo o processo de produção, desde o desenvolvimento do projeto até a distribuição do filme.

Produção de Videoclipes: Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de videoclipes de artistas locais com duração de 3 a 5 minutos. O fomento à produção de videoclipes envolve o suporte para a criação e produção de vídeos musicais, geralmente para fins de divulgação de artistas e suas músicas.

a) O fomento à produção de videoclipes musicais, video-cast, video-dança e videoarte envolve o suporte para a criação e produção de vídeos artísticos das mais variadas linguagens, geralmente para fins de divulgação de artistas, espetáculos e sua linguagem, podendo incluir recursos financeiros para a contratação de diretores, equipes de produção, locações, equipamentos, pós-produção e distribuição, com objetivo de impulsionar a produção de videoclipes criativos e de qualidade, estimulando a colaboração entre as várias linguagens artísticas e o audiovisual.

Novas mídias: Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de obras audiovisuais produzidas com dispositivos eletrônicos ou digitais para serem exibidos em plataformas digitais, sites, aplicativos, sem compromisso com narrativas cinematográficas bem definidas, com duração de 2 a 4 minutos. O fomento à produção de videoclipes envolve o suporte para a criação e produção de vídeos musicais, geralmente para fins de divulgação de

Prefeitura Municipal de Cruz | Secretaria de Educação e Cultura

artistas e suas músicas.

Inciso II - Apoio a realização de ação de Cinema Itinerante e / ou Cinema de Rua (Inciso II do art. 68 da LPG):

1 - Para este edital, considera-se cinema itinerante a estratégia de política pública cultural que visa levar a experiência do cinema a comunidades e regiões que possuem acesso limitado a salas de cinema convencionais.

a) Por meio de um cinema móvel, equipado com projeção e som de qualidade, é possível levar filmes de diferentes gêneros e estilos a locais distantes, como áreas rurais, periferias urbanas e comunidades carentes, criando oportunidades para que as pessoas se engajem com a sétima arte.

II - Para este edital, considera-se cinema de rua o serviço de exibição aberto ao público, de obras audiovisuais, para fruição coletiva em espaços abertos, em locais públicos e em equipamentos móveis, de modo gratuito.

B) Inciso III do art. 6º da LPG: apoio à realização de ação de Formação Audiovisual ou de Apoio a Cineclubes

Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual (20h a 40h)

Neste edital, a Formação Audiovisual refere-se ao apoio concedido para o desenvolvimento de oficinas de 20 horas até 40 horas, voltadas para profissionais, estudantes e interessados na área audiovisual. Esse tipo de fomento tem como objetivo promover o aprimoramento das habilidades técnicas, criativas e gerenciais dos profissionais, bem como estimular a formação de novos talentos. **A Formação Audiovisual** deverá ser oferecida de forma gratuita aos participantes. Deverá ser apresentado: - Detalhamento da metodologia de mediação/formação e apresentação do currículo dos profissionais mediadores/formadores.

3.3 A DESPESA CORRERÁ À CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.392.0701.2.056 - PROMOÇÃO E APOIO À MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, FOLCLÓRICAS, ARTÍSTICAS E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PARA AS PESSOAS JURÍDICAS

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PARA PESSOAS FÍSICAS).

3.3 Este edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1 Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural residente no município de Cruz há pelo menos 02 (dois) anos.

4.2 O agente cultural pode ser:

- I - Pessoa física;
- II - Microempreendedor Individual (MEI);
- III - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

IV - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

V - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

4.3 O agente cultural, se pessoa física, MEI ou pessoa física representante de coletivo, deve ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos (completos até a data de encerramento das inscrições);

4.4 Nos casos de inscrições apresentadas por Pessoa Jurídica, a proposta deverá indicar a Pessoa Física responsável, sendo seu administrador, titular ou presidente da empresa ou instituição, maior de 18 (dezoito) anos, residente e domiciliada no município de Cruz há pelo menos 02 (dois) anos e com atuação no campo artístico-cultural.

4.5 O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.

4.6 Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada uma pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II deste Edital.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I - sejam servidores públicos concursados, comissionadas ou terceirizadas vinculadas à Secretaria de Educação e Cultura de Cruz/CE.

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público concursado, comissionado ou terceirizado vinculado à Secretaria de Educação e Cultura de Cruz/CE, nos casos em que o referido servidor público concursado, comissionado ou terceirizado tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam parte da Comissão de Avaliação e Seleção deste Edital;

IV - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membro das Comissões Municipais de Acompanhamento da Execução da Lei Paulo Gustavo e/ou da Comissão de Avaliação e Seleção deste Edital;

V - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

VI - sejam membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador) e ou do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

5.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.

5.3 Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 5.1.

5.4 A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do **item 5.1**.

6. COTAS

6.1 Ficam garantidas cotas étnicas-raciais em todas as categorias do edital, nas seguintes proporções:

- a) no mínimo 20% para pessoas negras (pretas e pardas); e
- b) no mínimo 10% para pessoas indígenas.

6.2 Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

6.3 Os agentes culturais negros (pretos e pardos) e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

6.4 Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

6.5 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

6.6 Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 6.5, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

6.7 Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo VII.

6.8 As pessoas jurídicas e coletivos sem constituição jurídica podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

- I – pessoas jurídicas que possuem quadro societário majoritariamente composto por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas;
- II – pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem constituição jurídica que possuam pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas em posições de liderança no projeto cultural;

III – pessoas jurídicas ou coletivos sem constituição jurídica que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras (pretas e pardas) ou indígenas; e

IV – outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.

6.10 As pessoas físicas que compõem a equipe da pessoa jurídica e o grupo ou coletivo sem constituição jurídica devem se submeter aos regramentos descritos nos itens acima.

7. COMO SE INSCREVER

7.1 As inscrições são gratuitas e ocorrerão em formato virtual pela plataforma Mapa Cultural do Ceará através do seguinte link: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/oportunidades/edita/3542>, no **período de 09 de novembro a 22 de novembro de 2023, até às 23h59min.**

7.2 Como forma de ampliar o acesso ao edital e auxiliar os (as) agentes culturais interessados (das), as inscrições poderão ser realizadas de forma mediada. Nesse caso, o (a) agente cultural deverá comparecer presencialmente à Biblioteca Pública (espaço cultural) vinculado a da Secretaria de Educação e Cultura e apresentar as informações e documentos da sua inscrição, que será realizada de forma mediada por funcionário da Secretaria na Plataforma Mapa Cultural do Ceará.

7.2.1 A inscrição mediada ocorrerá na Biblioteca Pública no endereço Rua Padre Valdey, Nº 364, Centro, podendo ocorrer de segunda a sexta, das 8h às 12h e de 14h às 17h, até a data limite para inscrições prevista no item 7.1. A inscrição mediada poderá ser gravada, desde que previamente informada e autorizada pelo (a) agente cultural.

7.3 . Para realização da inscrição, os (as) agentes culturais devem estar cadastrados junto ao Mapa Cultural do Ceará e realizar o preenchimento do formulário de inscrição de forma completa.

7.3.1 Os proponentes que já têm cadastro no Mapa Cultural do Ceará e nos Mapas Municipais não precisam fazer novo cadastro, devendo atualizar informações que julgarem necessárias até a data de envio de sua inscrição.

7.4 Para cadastro no Mapa Cultural do Ceará, as seguintes informações e documentos obrigatórios deverão ser preenchidos e/ou anexados na página de inscrição:

7.4.1 PESSOA FÍSICA (INDIVIDUAL OU REPRESENTANTE DE COLETIVO) OU MEI

- a)** Nome completo;
- b)** Nome artístico, quando houver;
- c)** Nome social, quando houver;
- d)** Registro Geral (RG - Cédula de Identidade);
- e)** Data de expedição do RG;



- f) Órgão expedidor do RG;
 - g) UF do RG;
 - h) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - i) Endereço residencial completo, com CEP;
 - j) Telefone fixo e/ou celular (caso tenha mais de um contato, acrescentar);
 - k) E-mails;
 - l) Data de nascimento;
 - m) Nacionalidade/naturalidade;
 - n) Gênero;
 - o) Estado civil;
 - p) Escolaridade;
 - q) Cópia da cédula de identidade (RG); Cópia do CPF ou Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
 - r) Comprovante de endereço residencial emitido até 03 (três) meses, contando a partir da data de início das inscrições, ou declaração de residência assinada, conforme ANEXO IV;
 - s) Apresentação do currículo, preferencialmente como anexo em formato PDF, contendo histórico, descrevendo as experiências realizadas no âmbito artístico e/ou cultural
 - t) Apresentação de portfólio com links ou anexos necessários para comprovação de histórico de atividades de cunho artístico e/ou cultural, compatível com a área cultural;
- OBSERVAÇÃO:** Para organização do portfólio, deverão ser apresentadas pelo menos 03 (três) comprovações de sua atuação no campo cultural, dos últimos dois anos de atuação. Poderão ser utilizados fotos, matérias de jornais e revistas, cartazes, certificados, títulos, folders, links para plataformas de vídeo etc, que comprovem as atividades descritas nos últimos dois anos, podendo ser por meio de uma declaração de órgão público ou privado declarando que o proponente atua no mercado cultural.
- u) Links para site ou blog da pessoa física (opcional);
 - v) Links de vídeos da pessoa física publicados nos serviços YouTube ou Vimeo (opcional);
 - w) Anexos ou links para áudios nos formatos MP3 ou OGG (opcional)
 - x) Número e cartão do CNPJ (somente para MEI)
 - y) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) - (somente para MEI)
 - aa) Nome do coletivo (somente para pessoa física representante de coletivo)
 - bb) Declaração de representação de grupo ou coletivo, conforme Anexo II (somente para pessoa física representante de coletivo);

7.4.2 PESSOA JURÍDICA - COM OU SEM FINS LUCRATIVOS

- a) Primeiramente, é necessário fazer o cadastro da Pessoa Física responsável pela inscrição (feita conforme item 7.4.1) e, utilizando a mesma conta, criar um novo perfil da Pessoa Jurídica (denominado Agente Coletivo no Mapa Cultural)
- b) Nome da Razão Social;
 - c) Nome Fantasia;
 - d) Número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - e) Data de Fundação;
 - f) Código / Natureza Jurídica;
 - g) Código / Atividade Principal;
 - h) Endereço Comercial Completo, com CEP;
 - i) Município;
 - j) Telefone fixo e celular;
 - k) E-mails;
 - l) Dados do Dirigente (Nome completo, RG com órgão expedidor e data de expedição, CPF, cargo, endereço residencial, telefones e emails).
 - m) Cópia da cédula de identidade (RG) do dirigente;
 - n) Cópia do CPF ou Comprovante de Situação Cadastral no CPF do dirigente;
 - o) Comprovante de endereço residencial do dirigente da pessoa jurídica emitido até 03 (três) meses, contando a partir da data da inscrição do projeto; ou declaração de residência assinada pelo dirigente da pessoa jurídica, conforme ANEXO IV;
 - p) Link e/ou anexo com currículo, preferencialmente em formato PDF, contendo histórico de atuação do proponente descrevendo as experiências realizadas no âmbito artístico e/ou cultural nos últimos 02 (dois) anos;
 - q) Apresentação de portfólio com links ou anexos necessários para comprovação de histórico de atividades de cunho artístico e/ou cultural, compatível com a área cultural;
- OBSERVAÇÃO:** Para organização do portfólio, deverão ser apresentadas pelo menos 03 (três) comprovações de sua atuação no campo cultural, dos últimos dois anos de atuação. Poderão ser utilizados fotos, matérias de jornais e revistas, cartazes, certificados, títulos, folders, links para plataformas de vídeo etc, que comprovem as atividades descritas nos últimos dois anos, podendo ser por meio de uma declaração de órgão público ou privado declarando que o proponente atua no mercado cultural.
- r) Links para site ou blog da Pessoa Jurídica (opcional);
 - s) Links de vídeos da Pessoa Jurídica, publicados nos serviços YouTube ou Vimeo (opcional);
 - t) Outros links ou anexos que a Pessoa Jurídica julgue necessários para comprovação de histórico de atividades de

cunho artístico e/ou cultural, compatível com a proposta inscrita (opcional) ;

u) Cópia do Cartão de CNPJ, emitido pela Secretaria da Receita Federal;

v) Cópia do estatuto da pessoa jurídica e suas últimas alterações (para pessoa jurídica sem fins lucrativos):

w) Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria (para pessoa jurídica sem fins lucrativos);

x) Cópia do Contrato Social da Pessoa Jurídica e suas últimas alterações (para pessoa jurídica com fins lucrativos);

7.4 Estando devidamente cadastrado no Mapa Cultural, o(a) agente cultural deverá realizar a inscrição no presente edital por meio da vinculação de seu perfil à Ficha de Inscrição deste Edital, em que serão solicitadas as informações e documentos a respeito de sua proposta.

7.4.1 Os dados cadastrais da proposta na Ficha de Inscrição constam no Anexo I.

7.4.2 Proponente deve preencher a Proposta de Plano de Trabalho, incluindo a planilha orçamentária, presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido.

7.4.3 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.

7.4.4 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da Comissão de Avaliação e Seleção, de acordo com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.

7.4.5 Estimativa de custos do projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

7.4.6 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Avaliação e Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

7.4.7 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso.

7.4.8 O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto.

8. INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE AS INSCRIÇÕES

8.1 Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo (02) dois e poderá ser contemplado com no máximo 01 (uma) proposta. Havendo mais de duas inscrições realizadas pelo mesmo agente, serão consideradas as mais recentes.

8.2 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do

caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8.3 Secretaria de Educação e Cultura de Cruz, não se responsabilizará por congestionamento do sistema ou qualquer fato superveniente que impossibilite a inscrição até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia de inscrição.

8.4 Serão consideradas válidas somente as inscrições finalizadas e enviadas dentro do prazo de inscrição, sendo desconsideradas todas as demais.

8.5 Todas as informações referentes à ficha de inscrição deverão ser verídicas e atualizadas, sendo o(a) candidato(a) é o(a) único(a) responsável pela veracidade e atualização das informações e documentos encaminhados.

8.6 Eventuais irregularidades na documentação e informações enviadas no ato da inscrição, constatadas a qualquer tempo, implicará na inabilitação do candidato, sem prejuízo da aplicação das medidas legais cabíveis

8.7 A Secretaria disponibilizará atendimento aos candidatos(as) em dias úteis, das 08 às 17:30 horas, durante o período de inscrição, de maneira presencial e virtual, através do endereço eletrônico secult@cruz.ce.gov.br e demais canais de comunicação da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Educação e Cultura de Cruz.

9. ACESSIBILIDADE

9.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na [Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#) (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosos aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

9.2 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no **mínimo 10% do valor total do projeto**.

9.3 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 9.2 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

- I - for inaplicável em razão das características do objeto cultural;
- II - quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

9.4 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável, que será avaliada pela Comissão de Avaliação e Seleção.

9.5 Caso o proponente não preveja o percentual mínimo e não apresente justificativa, ou caso a justificativa não seja aprovada pela Comissão, a inscrição será desclassificada.

10. CONTRAPARTIDA

10.1 Os agentes culturais contemplados neste edital deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:

I - a realização de atividades em espaços públicos, de forma gratuita, ou atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos e professores de escolas públicas ou universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como aos profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia, e a pessoas integrantes de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita; e

II - sempre que possível, exposições com interação popular por meio da internet ou exposições públicas, quando aplicável, com distribuição gratuita de ingressos para os grupos referidos no item I, em intervalos regulares.

10.2 As sugestões de contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas em data a ser estabelecida pelo Município, podendo coincidir com datas de eventos do calendário cultural da cidade, desde que a data seja informada com 30(trinta) dias de antecedência ao agente cultural.

11. PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

11.1 A avaliação e seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta por uma única etapa, que engloba a análise dos documentos de habilitação enviados e a análise do mérito cultural dos projetos.

11.2 A avaliação e seleção será realizada por Comissão de Avaliação e Seleção composta por pareceristas, conselho municipal de cultura e/ou consultores (membros da sociedade civil com conhecimento e atuação no campo de abrangência deste edital) indicados pela Secretaria de Educação e Cultura de Cruz e membros do corpo técnico (servidores ou terceirizados) desta.

11.3 A análise dos documentos de habilitação enviados trata da verificação das condições de participação, da documentação exigida no ato da inscrição, da regularidade de todas as assinaturas e documentos e do cumprimento dos prazos, conforme estabelecido no Edital.

11.4 A análise do mérito cultural trata da identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas a critérios descritos neste Edital

11.5 Para a análise do mérito cultural do projeto serão considerados os seguintes critérios de pontuação:

CRITÉRIOS	PESO	PONTOS	TOTAL DE PONTOS
a) Singularidade do produto cultural, grau de criatividade e de experimentação estética do conteúdo artístico-cultural apresentado.	2	0 a 5	10
b) Relevância e abrangência cultural do produto cultural, considerando o potencial de comunicação com a diversidade de público.	2	0 a 5	10
c) Histórico do proponente (tempo de execução de atividades, relevância do grupo em nível local, regional e nacional)	2	0 a 4	8
d) Exequibilidade da proposta de contrapartida com base na relação de equilíbrio entre as atividades, e os custos apresentados.	1	0 a 4	4
e) O proponente pertence a movimentos sociais de identidade, como os que representam as etnias (culturas indígenas, afro-brasileiras, ciganos, entre outras), as identidades sexuais (de gênero, transgênero e de orientação sexual) ou tem em seu histórico ações que considerem essas pautas.	1	0 a 4	4

11.6 A pontuação máxima de cada proposta será de 40 (quarenta) pontos.

11.7 Serão consideradas desclassificadas as propostas que não obtiverem o mínimo de 24 pontos, equivalente a 60% do total máximo de pontuação dos critérios.

11.8 As propostas serão classificadas por ordem decrescente de pontuação;

Havendo empate de pontuação entre as propostas classificadas, a Comissão de Avaliação e Seleção promoverá o desempate com prioridade para o projeto que obtiver maior pontuação na soma do subitem “a”. Caso persista o empate, será considerada a soma do subitem “b” e sucessivamente até o subitem “e”.

O resultado preliminar da avaliação será divulgado no Mapa Cultural do Ceará, <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/24290/> e no site oficial da Prefeitura Municipal de Cruz, sendo de total responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a atualização dessas informações.

11.9 Contra o resultado preliminar da avaliação, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não

11.10 Serão avaliados pela Comissão de Avaliação e Seleção.

11.11 O pedido de recurso deverá conter, obrigatoriamente, justificativa e ser encaminhado exclusivamente para o e-mail secult@cruz.ce.gov.br conforme formulário específico de recurso (Anexo V).

11.12 No recurso fundamentado ao resultado, será possível a inclusão de documentos para retificar os documentos que porventura tenham sido apresentados com alguma desconformidade, de acordo com o pronunciamento da Comissão de Avaliação e Seleção.

11.13 A lista final dos selecionados e classificáveis será homologada nos canais oficiais pela Secretaria de Educação e Cultura de Cruz e divulgada no Mapa Cultural do Ceará.

11.14 Com o intuito de dar maior celeridade ao processo, as categorias poderão ser divulgadas separadamente.

11.15 Não caberá recurso do resultado final.

12. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

12.1 Finalizado o processo de avaliação e seleção, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo III deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

12.2 O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

12.3 A assinatura do Termo será precedida da comprovação da existência da conta bancária em nome do proponente para o recebimento dos recursos deste Edital;

12.4 A assinatura do Termo será ainda precedida da verificação da situação de regularidade, mediante a verificação dos seguintes documentos:

a) PESSOA FÍSICA

I - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União (acesso em:

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/pf/Emitir>

II - certidão negativa de débitos municipais (acesso em:

https://servicos2.speedgov.com.br/cruz/pages/certidao_contribuinte

III - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal superior do Trabalho; (acesso em:

<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>

IV - certidões negativas de débitos estaduais acesso

<https://internetconsultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/preparar-consultar>

PESSOA JURÍDICA (com ou sem fins lucrativos) e MEI

I - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;

II - certidão negativa débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (acesso em:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>);

III - certidões negativas de débitos estaduais (acesso <https://internet-consultapublica.apps.sefaz.ce.gov.br/certidaonegativa/preparar-consultar>

IV- certidão negativa de débitos municipais (acesso em:

https://servicos2.speedgov.com.br/cruz/pages/certidao_contribuinte

IV - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS (acesso em <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

V - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal superior do Trabalho

(acesso em:

https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;jsessionid=aPsQodOiSnwVskmYtJEf8Wezy_00C8rZBrDMkh11.cndt-certidao-41-292bpcertidao.tst.jus.br/inicio.faces;jsessionid=aPsQodOiSnwVskmYtJEf8Wezy_00C8rZBrDMkh11.cndt-certidao-41-292bp

12.5 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

12.6 O agente cultural deve responder à convocação e assinar o Termo de Execução Cultural (devendo, para tanto, haver sido verificada sua situação de regularidade, conforme item anterior) no prazo de até 3 (três) dias úteis após a convocação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

12.7 Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos na conta bancária específica, em parcela única.

12.8 A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à

existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.

13. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

13.1 Os projetos selecionados deverão, obrigatoriamente, fazer constar o brasão da Prefeitura Municipal de Cruz e do Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura, em todas as peças publicitárias de divulgação, de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos pela Assessoria de Comunicação do Município de Cruz;

13.2 O referido apoio também deve ser citado ou creditado pelo proponente selecionado em todos os canais de comunicação, redes sociais e nas plataformas em que o conteúdo selecionado esteja divulgado ou em outros espaços em que o projeto seja abordado.

13.3 Deverão ser incluídos em todas as peças de divulgação os seguintes dizeres: ***“PROJETO APOIADO COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO - POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE CRUZ”***.

13.4 O material de divulgação dos projetos e seus produtos deverá ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conter informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

13.5 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

14. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais e simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

14.1.1 O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo VII. O Relatório de Execução do Objeto deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.

14.1.2 O Relatório de Execução do Objeto deverá conter relato das atividades realizadas, podendo a comprovação sobre os produtos e serviços relativos aos objetivos se dar pela apresentação de fotos, listas de presença, vídeos, instrumentos fiscais dentre outros, quando for o caso.

14.1.3 A análise do Relatório de Execução do Objeto dos projetos apoiados deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados, priorizando sempre o controle de resultados sobre a consecução da finalidade pública a qual o recurso se destina.

14.2 Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto ou quando for recebida denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, devidamente avaliada, o Município exigirá relatório de execução financeira, a ser enviado no prazo de até 60 (sessenta) dias, acompanhado de todos os documentos de

comprovação pertinentes.

14.3 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, o agente cultural poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias, mediante a apresentação de plano de ações compensatórias, conforme área de atuação cuja mensuração econômica será feita a partir dos valores usualmente praticados no mercado, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

14.4 Os contemplados deverão manter a documentação apresentada pelo prazo de 5 (cinco) anos em meio físico ou digital.

15. REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

15.1 Em caso de não haver habilitados suficientes ou classificados, valores poderão ser remanejados para outros editais, desde que para a mesma finalidade de contribuir com ações emergenciais destinadas ao setor cultural.

15.2 Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria.

15.3 Em caso de haver saldos remanescentes após o final das ações previstas para o Município, em havendo projetos classificáveis, estes poderão ser convocados como suplentes posteriormente, desde que obedecida a ordem de pontuação, conforme critérios deste edital.

16. CRONOGRAMA DO EDITAL

16.1 O Edital observará o seguinte cronograma, podendo haver alterações de acordo com a necessidade da Secretaria, mediante comunicação aos interessados.

ETAPA	DATA INICIAL	DATA FINAL
Inscrições dos projetos	09/11/2023	22/11/2023
Resultado preliminar, habilitação das inscrições, avaliação e seleção das propostas	29/11/2023	
Período de recursos	30/11/2023	01/12/2023
Resultado Final	04/12/2023	
Repasso do recurso	05/12/2023	20/12/2023

Período de execução das propostas	05/12/2023	30/06/2024
Entrega dos relatórios de execução das propostas	até 30/07/2024	

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes.

17.2 Orienta-se que todos os projetos culturais observem em suas propostas à equidade de gênero, visando o enfrentamento de estereótipos no exercício da cultura, atentando para as dimensões de identidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, local de moradia, trabalho, classe social, deficiência, geracional e das mulheres.

17.3 Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão de Avaliação e Seleção, em primeira instância ou, em caso de impasse, pelo Secretário da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cruz.

17.4 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do proponente.

17.5 Os direitos patrimoniais, autorais e de imagem e licenciamento de tecnologias produzidos no âmbito dos projetos apoiados serão de responsabilidade dos autores envolvidos.

17.6 O Município de Cruz-CE e a Comissão de Avaliação e Seleção ficam isentas de responsabilidades sobre fatos decorrentes do uso indevido ou sem autorização de imagens e/ou obras de terceiros, respondendo por isso, exclusivamente, o proponente do projeto, nos termos da legislação específica.

17.7 O proponente cede à Secretaria de Cultura, por período máximo permitido em Lei, direitos de exibição para realizar ações públicas gratuitas de divulgação e acesso aos resultados obtidos pelos projetos contemplados com livre uso de imagens, para fins de difusão cultural, por meio digital ou físico, preservando-se sempre os direitos autorais morais do devido crédito ao autor.

17.8 A eventual revogação deste Edital por motivos de interesse público ou sua anulação no todo ou em parte não implicará direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.9 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria e o Município de Cruz-CE de qualquer responsabilidade civil ou penal.

17.10 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

17.11 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto

11.453/2023 (Decreto de Fomento).

17.12 O resultado do chamamento público regido por esse edital terá validade até 20 de dezembro de 2023, não se confundindo esse prazo com o de execução das propostas.

Cruz-CE, 09 de novembro de 2023.

RAIMUNDO OTÁVIO DA MOTA

Secretario Municipal de Educação e Cultura de Cruz-CE

